O LUGAR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM DISCURSOS DE COMERCIANTES E DE DONOS DE IMÓVEIS DE ACARAPE E REDENÇÃO

Francisca Raquel de Oliveira TemÓteo [1], Layra Nobre Dias [2], Francisco Diego Soares de Sousa [3], James Ferreira Moura Junior [4]

RESUMO

A sociedade brasileira é constituída de discursos preconceituosos relacionados às pessoas em situação de pobreza. Concebe-se que as áreas de interior são regiões consideradas com forte caráter patriarcal e classista. Soma-se a isso que as pessoas com maior poder aquisitivo nessas regiões, representadas por comerciantes e donos de imóveis para alugar, podem reproduzir essas concepções negativas, principalmente, voltadas as ações das políticas públicas. Assim, este projeto de pesquisa vincula-se a linha de pesquisa e atuação da Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (reaPODERE), com o objetivo de analisar os discursos sobre as políticas públicas entre comerciantes e donos de imóveis do Maciço de Baturité, situando a primeira fase do projeto nas cidades de Redenção e Acarape. Dessa maneira, a pesquisa estrutura-se em um delineamento qualitativo por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com comerciantes e donos de imóveis da região do maciço. Com essa investigação, identificou-se que um panorama de discursos em torno da pobreza e do lugar das políticas públicas, identificando preconceitos e discriminações.

Palavras-chave:

Políticas Públicas. Interior. Maciço de Baturité.

[1] Unilab, IH, Discente, e-mail: rakelwho@gmail.com
[2] Unilab, IH, Discente, e-mail: layranobre10@gmail.com.
[3] Unilab, IH, Discente, e-mail: fdiegosoares2016@gmail.com.
[4] Unilab, IH, Docente, e-mail: James.moura@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

Com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2005), ocorreu a restruturação da Assistência Social como um direito do cidadão em uma perspectiva descentralizada, participativa e com foco de atuação no território. A PNAS concebe que o público em situação de pobreza é um dos grupos prioritários, além dos coletivos com identidades estigmatizadas em uma tendência étnica, cultural e social (BRASIL, 2005). O Programa Bolsa Família surge, segundo Márcio da Cruz e Huáscar Pessali (2011), como uma política de transferência direta de renda.

No entanto, é importante salientar que as políticas públicas de uma forma geral são constituídas de algumas contradições. Alguns autores entendem que a política de transferência de renda tem um caráter de mitigar a pobreza, mas não tem como premissa erradicá-la (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010). Além disso, há uma série de preconceitos que concebem as pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família como acomodadas e culpadas pela sua situação (REGO; PIZANI, 2013). Esse processo discriminatório pode desenvolver sentimentos de vergonha, culpa e sofrimento, mas também de resistência e de necessidade de afrontamento a essa realidade, como demonstrou Rodrigues (2016) em pesquisa realizada na cidade de Redenção/CE com beneficiárias desse programa.

Assim, o preconceito é concebido como um conjunto de informações negativas constituído de aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais impetrados a um determinado grupo social (PALUCK; GREEN, 2009). Portanto, o preconceito é uma crença pré-concebida sobre algum grupo ou temática. Ele está baseado a uma forma de reconhecimento depreciativo do outro. Entende-se que essas crenças estão amparadas por um âmbito social.

Nas áreas interioranas, de acordo com Albuquerque (2002), a elite econômica da região, comparativamente, seria como a classe média dos grandes centros urbanos. Pode-se compreender que essa pequena elite econômica pode ser portadora de um viés discriminatório significativo. Em uma investigação realizada com estudantes africanos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira em Redenação/CE, foram verificados diversos casos de racismo e discriminação vinculadas a compreensões estigmatizadas da pobreza sofridos por esses e essas jovens. Os principais discriminadores eram comerciários e donos de imóveis, além da população em geral (MENDONÇA, 2017).

Vázquez e Panadero (2009) concebem que há uma série de estereótipos sociais relacionados às atribuições causais da pobreza. Geralmente, reconhece-se socialmente o indivíduo em situação de pobreza como o único culpado pela sua situação, sendo esvaziado o contexto social e o poder estatal para explicação dessas concepções. Compreende-se que há, então, uma série de papéis sociais ligados a essa identidade social estigmatizada de pobre, como vagabundo, sujo, criminoso, culpado pela sua situação, conformado, religioso e causador de mazelas sociais (MOURA JR; XIMENES, 2016).

Dessa maneira, o preconceito pode gerar situações de violência, desigualdade de poderes e discriminação (PALLUCK; GREEN, 2009). A discriminação igualmente pode ser concebida como a base dos atos de humilhação que posicionam o indivíduo a um patamar inferior do sujeito que o humilha. Há a exposição pública vexatória do indivíduo humilhado (SHICK, 1997). Assim, essa atitude discriminatória é concebida como uma ação violenta que pode ser desenvolvida por gestos, atitudes e palavras de rebaixamento moral de outrem (LA TAILLE, 2002). Além disso, a humilhação junto com esse conjunto de preconceitos presentes na sociedade pode fomentar sentimentos de vergonha. De acordo com Zavaleta (2007), esse processo de vergonha constituiu uma avaliação pessoal de fracasso. Concebe-se que os processos discriminatórios macrossociais são, então, transladados para o nível psíquico, sendo o indivíduo pobre seu próprio juiz que se autodeprecia (PRILLETENSKY, 2008). Portanto, esses atos de humilhação, como os sentimentos de vergonha, podem gerar uma série de consequências negativas para o indivíduo em situação de pobreza, como isolamento social e comunitário (SALLES; BARROS, 2013).

METODOLOGIA

O método se referiu ao desenho estratégico da efetivação da pesquisa à realidade empírica (MINAYO; SANCHES, 1993), estando relacionado ao problema de estudo (SLIFE; WILLIAMS, 1995). Dessa maneira, a partir do objetivo geral, foi elaborado um estudo qualitativo. Foi usada uma técnica de apreensão dos sentidos de experiências cotidianas a partir da elaboração de um roteiro padronizado de perguntas abertas.

Esse roteiro foi elaborado de forma dedutiva a partir da imbricação de fundamentação teórica e experiências da realidade estudada.

Para a definição dos participantes da investigação, houve a necessidade da construção de critérios bem definidos, tais como: Ser adulto; residir na cidade onde está sendo realizada a pesquisa por mais de 10 anos; ser dono de imóveis ou de comércio; aceitar participar da investigação; assinar o termo de consentimento livre e esclarecido. Assim, a pesquisa foi desenvolvida nessa primeira fase (2017-2018) nas cidades de Redenção e Acarape no Maciço de Baturité. Foram mapeados os principais comerciantes e donos de empreendimentos imobiliários das cidades. Com essas identificações, as/os bolsistas de iniciação científica realizaram um primeiro contato. Foram realizadas 9 entrevistas, sendo 2 donos de imóveis e 4 comerciantes na cidade de Redenção. Em Acarape, os participantes foram 3 comerciantes. Esse tipo de amostragem é conhecido como de julgamento, segundo Marshall (1996), pois está amparada por considerações teóricas e prévias que apontam que determinados grupos sociais seriam portadores de atitudes mais evidentes para a investigação. Salienta-se que esse procedimento consta nas novas resoluções na pesquisa com seres humanos no Brasil.

Utilizou-se como análise a Análise de Conteúdo, com ênfase na análise categorial. Primeiramente, foram definidas categorias dedutivas, mas igualmente a análise ficou aberta a categorias indutivas desenvolvidas pelo processo de análise da transcrição. Na fase de codificação, foi utilizado como recorte a perspectiva temática vinculada às categorias analíticas. Na agregação, as categorias foram relacionadas em macro categorias. Por fim, também se pôde enumerar as frequências das categorias e das macro categorias utilizadas na análise. Foi utilizado o software de análise de dados qualitativos e quantitativos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com as análises das entrevistas feitas, foi possível perceber falas muito marcadas com diversos estigmas sociais. Abordando a questão como as políticas públicas atuam, os entrevistados constroem narrativas de culpabilizar essas políticas como forma de deixar as pessoas acomodadas. O discurso de acomodados e culpados, são pontos que estão presentes em muitas das entrevistas. No gráfico abaixo é mostrado a quantidade de vezes em porcentagem que esses discursos e visão negativa sobre as políticas públicas apareceram nas falas dos entrevistados.

A maioria das falas, presentes nas entrevistas, nos vemos como é a percepção negativa em relação as políticas públicas que apresenta 67% das opiniões negativas, uma delas faz "chacota" com o Programa Bolsa Família, resaltando que é "uma falta do que fazer" (E4, 2018) e que o programa só atrapalha no sentido de não oferecer um trabalho, fazendo com que as pessoas não tenham estimulo para sair daquela situação.

É importante salientar que, para o corpo discente, uma investigação que atue diretamente na realidade social com foco na pobreza em ligação com a política pública é uma formação pertinente em pesquisa de caráter crítico e emancipatório. Propõe-se a realização de parcerias para apresentação de resultados da investigação junto às prefeituras das cidades do Maciço de Baturité, como também da elaboração de capacitações específicas conforme a demanda de cada região para problematização dos preconceitos existentes como forma de mudança social.

Espera-se também fortalecer as atuações do Núcleo de Promoção da Igualdade Racial da UNILAB, promovendo oficinas de diálogos sobre os resultados. Vislumbra-se também realizar novas parcerias com outros setores da universidade para discussão dessa temática. Além disso, essa pesquisa também se baseia em apontamentos presentes nas diretrizes da própria UNILAB, levando as/aos estudantes bolsistas e voluntárias (os) experiências de formação nesses mesmos patamares. Pois mostrou-se muito importante no desenvolvimento acadêmico e pessoal dos entrevistadores, propondo uma gama de linhas de debates que através dos textos discutidos e da experiência de perceber e analisar os discursos dos entrevistados, forneceram uma interessante ligação entre teoria e prática. Experiência essa pouco vivenciada pela maioria dos universitários que convivem em um ciclo social.

CONCLUSÕES

Levando-se em consideração as analises realizadas com base nas falas dos donos de imóveis e comércios influentes e tradicionais da região de Redenção e Acarape localizadas no Maciço do Baturité, concluiu-se que os discursos ainda carregam consigo uma visão negativa sobre a a forma de atuação das politicas publicas e até mesmo seu desconhecimento, , partindo de uma minoria elitizada no que se diz respeito as classes em situação de pobreza e vulnerabilidade socioeconômicas. Alem de apresentarem marcas de cunho racistas, classistas e preconceituosos. E assim, culpabilizando as políticas públicas como forma de mitigar essas pobrezas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao BICT/FUNCAP por agracia-nos com a bolsa de pesquisa vinculada a Unilab, fazendo assim que tivessemos uma experiencia em campo muito satisfatoria.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

CRUZ, M.; PESSALI, H. Dar o peixe e ensinar a pescar: racionalidade limitada e políticas de combate a pobreza. Economia e Sociedade, v. 20, n. 1, pp. 141-166, 2011. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182011000100006

LA TAILLE, Y. Vergonha: a ferida moral. Petrópolis: Vozes, 2002.

MENDONÇA, Francisco Weslay Oliveira. Implicações Psicossociais do Preconceito e do Racismo em Estudantes Africanos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. 2017. 168f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal do Ceará.

MINAYO, M.C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? Cadernos de Saúde Pública, v. 9, n. 3, 239-262, 1993.

MOURA JR., J. F., & Ximenes, V. M. (2016). A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. Fractal: Revista de Psicologia, 28(1,) 76-83. doi: http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1051

PALUCK, E. L.; GREEN, D. P. Prejudice Reduction: What Works? A Review and Assessment of Research and Practice. Annual Review of Psychology, v. 60, p. 339–367, 2009.

REGO, W.; PINZANI, A. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: UNESP, 2013.

RODRIGUES, V. E Agora Falamos Nós: Mulheres Beneficiárias do Bolsa Família em Redenção-CE. Tomo, v. 01, p. 73-74, 2016.

SALLES, M. M.; BARROS, S. Exclusão/inclusão social de usuários de um centro de atenção psicossocial na vida cotidiana. Texto contexto – Enfermagem, vol. 22, n.3, 2013, pp. 704-712.

SLIFE, B.D.; WILLIAMS, R.N. O Que Existe Por Trás da Pesquisa. Sage: Londres, 1995.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 26, p. 9-24, 2010.

ZAVALETA, D. R. Working Paper: 03The Ability to go About Without Shame: A Proposal for Internationally Comparable Indicators. Oxford Poverty & Human Development Initiative, OPHI, 2007. Disponível em: . Acesso em: 09 jul. 2018.